Bolsas
Na segunda-feira
0,36% São Paulo
0,67% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
124.171 → 125.573
17/4 18/4 19/4 22/4

Dólar
Na segunda-feira
R$ 5,168
(- 0,59%)

Últimos	
16/abril	5,268
17/abril	5,243
18/abril	5,250
19/abril	5,199

Salário mínimo
R$ 1.412

Euro
Comercial, venda na segunda-feira
R$ 5,506

CDI
Ao ano
10,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
10,51%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2023	0,24
Novembro/2023	0,28
Dezembro/2023	0,56
Janeiro/2024	0,42
Fevereiro/2024	0,83

CRÉDITO

Após o Desenrola, vem aí o Acredita

Pacote beneficiará população de baixa renda, classe média e pequenos empreendedores. Dívidas do Pronampe poderão ser renegociadas. Segundo a Fazenda, não haverá renúncia fiscal este ano

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, ontem, um pacote amplo de medidas para estimular o ambiente de crédito no Brasil, mirando especialmente as famílias de baixa renda e os micro e pequenos empreendedores. Batizada de Programa Acredita, a iniciativa inclui também a estruturação de crédito imobiliário para a classe média e incentivos para investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis. Esses dois últimos projetos, porém, ainda serão construídos pelo governo e apresentados no futuro.

Segundo comunicado do Ministério da Fazenda, o incentivo não custará aos cofres públicos em 2024, com renúncia fiscal de R$ 18 milhões em 2025, R$ 3 milhões em 2026 e sem custo em 2027.

Entre as principais medidas do pacote estão a abertura de uma linha de crédito para famílias inscritas no Cadastro Único, de baixa renda, a até R$ 80 mil, e o Desenrola Pequenos Negócios, que passa a valer a partir de hoje para a renegociação de dívidas dos microempreendedores individuais (MEIs) e das microempresas.

"Não tem nada mais imprescindível para uma sociedade — qualquer que seja ela — do que se desenvolver. Se ela não tiver condições de ter oportunidades e se ela não tiver crédito, não se desenvolve", discursou Lula durante a solenidade. "As pessoas que têm muito dinheiro conseguem esperar. E as pessoas que precisam de R$ 1.000, R$ 1.500? Pessoas que precisam de pouco para começar a curar uma dor qualquer dentro de casa?", indagou.

A medida provisória (MP) que institui o programa foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de hoje. O Desenrola Pequenos Negócios é a única medida que passa a valer imediatamente, e a renegociação das dívidas já pode ser oferecida pelos bancos participantes a empresas com faturamento anual de até R$ 4,8 milhões.

Já para oferecer o crédito para inscritos no Cadastro Único, que inclui famílias de baixa renda beneficiárias de programas sociais, os bancos terão um prazo de até dois meses para se adaptar. Em 2024, o governo garantirá R$ 500 milhões, e a estimativa é de que o programa possa oferecer R$ 12 bilhões em empréstimos, sendo R$ 4 bilhões garantidos aos bancos pelo governo.

Além do Desenrola, o governo vai reformar o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) para permitir a renegociação de dívidas. A iniciativa foi criada em 2020 para apoiar empresas afetadas pela pandemia. Em coletiva de imprensa, Haddad destacou a importância da reforma e afirmou que muitos empresários foram prejudicados por não conseguirem quitar o empréstimo.

"O maior problema do Pronampe hoje é que o programa originalmente lançado impede a negociação. Isso causou tremendos problemas para a dívida das empresas, que inclusive estão sem acesso ao sistema bancário por estarem negativadas", comentou o chefe da equipe econômica. A medida também beneficiará empresas com sócias majoritárias ou administradoras mulheres, com acesso a crédito de até 50% do faturamento do ano anterior, contra 30% das demais companhias.

Em outra frente, o governo quer fortalecer o mercado secundário de crédito imobiliário, por meio da estatal Empresa Gestora de Ativos (Emgea) como securitizadora. A ideia é que famílias que não se enquadram no Minha Casa Minha Vida possam financiar imóveis com condições mais acessíveis.

"Nosso crédito imobiliário é um terço do que poderia ser, na comparação com países pares. Chile, Colômbia, México. Nosso crédito é muito aquém do que poderia ser", lamentou Haddad. Segundo ele, enquanto o Brasil oferece apenas 9% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em créditos para o setor, nações semelhantes oferecem 25% ou 30%. A medida também deve fomentar a construção civil, um dos setores que mais emprega no país.

Foto: Ricardo Stuckert / PR

O programa Acredita vai oferecer crédito para inscritos no CadÚnico e para microempreendedores

» Servidores federais mantêm greve

Professores de universidades e institutos federais permanecem em greve em todo o país. De acordo com a representação federal da categoria, as entidades sindicais de cada região terão até quinta-feira para avaliar proposta feita pelo Ministério da Gestão. O governo oferece reajuste de 9% no salário, em 2025, e mais um de 3,5% em maio de 2026.

TECNOLOGIA

Empresas usam IA a favor dos negócios

» RAPHAEL PATI
» FERNANDA STRICKLAND

O uso da inteligência artificial dentro das empresas brasileiras já é uma realidade que ganha cada vez mais força, com o desenvolvimento de novas tecnologias e atualizações de programas voltados para otimizar o serviço. Diante disso, a expectativa é de que um maior número de empresários adote o uso da IA para realizar tarefas antes desenvolvidas por mãos humanas e garantir maior produtividade para o negócio.

É com essa premissa que o **Correio Braziliense** promoverá, no dia 30 de abril, o evento *Inteligência artificial e as novas tecnologias: os impactos no mercado brasileiro*, com o objetivo de debater aspectos de relevância sobre o atual cenário tecnológico no país. Um dos temas apresentados durante o evento será o cenário da inteligência artificial no mercado brasileiro.

No Brasil, há várias empresas que começaram a investir em inteligência artificial, um exemplo disso é a Megamatte — rede de cafeterias com mais de 200 lojas no país —, do empresário Julio Monteiro, que também é vice-presidente da Associação Brasileira de Franquias (ABF) do Rio. Ele começou a investir no uso da inteligência artificial para aprimorar as operações de logística e atendimento aos clientes.

"A gente consegue ver, por exemplo, que um consumidor que é atendido em menos de cinco minutos tem uma avaliação alta da nossa massa. Então, a gente consegue ter um termômetro do ponto de vendas para que a gente possa focar naquelas melhorias", conta. A Megamatte utiliza a plataforma de coleta de dados baseada em IA desde 2019. Segundo o executivo, a tendência é continuar investindo na tecnologia.

RAUL VELLOSO

COM RECEITAS INSUFICIENTES PARA COBRIR AS DESPESAS, SEGUE-SE UMA FORTE PRESSÃO INTERNA PARA OS MUNICÍPIOS DEIXAREM DE PAGAR PELO MENOS TRÊS COISAS: DESPESAS LIGADAS ÀS CONTRIBUIÇÕES AO REGIME GERAL, PRECATÓRIOS, E DESPESAS LIGADAS AO REGIME PRÓPRIO

Para equacionar os desequilíbrios municipais – III

Vimos, há pouco, que, por trás da difícil situação fiscal dos municípios estão, principalmente: 1) a disparada dos gastos de sua previdência própria, conforme eu mesmo já vinha enfatizando; 2) algo sobre o que eu ainda não havia falado: os reajustes do piso dos professores; e 3) o fato de os municípios receberem, por pressão do governo e do Congresso, cada vez mais funções na área social com menor cobertura financeira, como no caso da Merenda Escolar, em que o que recebem não chega, na média, a R$ 1 por aluno, embora uma merenda decente custasse pelo menos 3 vezes mais... (um outro exemplo do mesmo tipo se situa no programa Mais Médicos).

Com receitas insuficientes para cobrir as despesas, segue-se uma forte pressão interna para os municípios deixarem de pagar pelo menos três coisas: despesas ligadas às contribuições ao Regime Geral, Precatórios, e despesas ligadas ao Regime Próprio. Ultimamente, a propósito, acumularam-se dívidas ligadas a esses três itens, em torno de R$ 500 bilhões. E daí ser possível entender o porque da ânsia dos municípios de quererem reduzir a alíquota da contribuição patronal para o Regime Geral.

Nesse sentido, cabe indagar por que o município, que é o grande implementador de políticas sociais do Brasil, paga 20% de contribuição para o Regime Geral enquanto um ente filantrópico não paga sequer um centavo? Ou enquanto um time de futebol (sem falar no agronegócio) paga muito menos do que os 20%? Para o ente público em causa, isso soa obviamente bastante injusto, porque, afinal de contas, se vêm como os principais implementadores de políticas sociais em nosso país. Ou seja, o "choro" em torno desse assunto soa mais do que justo.

Outra justificativa do pedido de apoio desses entes é a isonomia entre o Regime Próprio e o Regime Geral. Desde a Emenda 20 vem se buscando ter regras iguais nos dois regimes, que antes eram muito diferentes. A Emenda 20, da era FHC, já aproximou isso; a 41, do governo Lula, já as deixou bem próximas, e a 103, de 2019, já as igualou no que diz respeito aos servidores da União. Todavia, a contribuição básica do Regime Próprio, se ele não tem deficit atuarial, é de 14%. Assim, por analogia, a contribuição dos municípios para o Regime Geral deveria ser também 14% (algo que, aliás, a Confederação Nacional dos Municípios defende fortemente).

Porém, a proposta na ordem do dia é: este ano, como já está em 8%, continua nos 8%, até para dar um fôlego aos municípios, e vai aumentando progressivamente até estabilizar em 14% (10% em 2025, 12% em 2026, e, a partir de 2027, 14%, que seria a alíquota permanente). Qual a lógica disso? Primeiro, uma analogia entre os regimes próprio e geral, e segundo, por não fazer sentido que os municípios, que são os grandes implementadores das políticas sociais no Brasil, paguem igual a uma grande empresa do setor privado (seja ela uma big tech ou do setor financeiro, por exemplo). Se a alíquota fosse 20% para todas as empresas, tudo bem. Mas não é. Só é 20% para os setores que não foram agraciados com tratamento diferenciado. Por que os municípios não merecem tal tratamento, se é o grande implementador das políticas sociais do Brasil? O que estão querendo é uma redução de 20 para 14, na lógica de equiparação com o Regime Próprio (20 para oito talvez estivesse mesmo exagerado).

No momento, diante da gravidade da situação aqui relatada, se inicia a discussão de uma solução que a CNM passou a denominar "PEC da Sustentabilidade Fiscal" dos municípios. Além da desoneração da folha, traz outras medidas importantes para a sustentabilidade fiscal deles: 1) renegociação da dívida com o Regime Geral, em torno de 250 bilhões; 2) renegociação da dívida com precatórios, que é de quase R$ 200 bilhões; 3) equiparação obrigatória das regras de benefícios dos municípios às do regime próprio da União, acerca de idade e regra de cálculo, o que pode reduzir o deficit atuarial deles em R$ 308 bilhões. (Registre-se que como a EC 103 não se aplicou automaticamente aos municípios, só 32% fizeram reforma).

Além disso, propõe-se a colocação de uma nova redação na Constituição para tornar mais claro o aporte de ativos. Matéria já prevista no art. 249 da Carta, destina-se a evitar a judicialização, algo fundamental para os regimes que têm deficits mais elevados. Além disso, cabe deixar claro que não se deve cobrar o PASEP sobre os recursos do regime próprio. (Hoje ele está sendo cobrado indevidamente da maior parte dos regimes próprios, tudo com base, apenas, em um parecer interno).

Em resumo, em vez de adotar medidas apenas ligadas aos regimes próprios, como seria a praxe, serão duas para o Regime Geral, e uma relacionada com precatórios. Nada obstante, ter-se-ão três medidas que acertam ponteiros do Regime Próprio, além de outras de combate a fraudes, que são sempre bem-vindas, inclusive na área de benefícios assistenciais.

Para concluir, a PEC proposta propõe compensações financeiras justas para a União, com destaque para medidas antifraudes, mesmo na área de assistência social.